

AJUSTE DIRECTO N.º 2024/13 PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DA GERÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DA ILHA TERCEIRA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (SNC-AP) E RELATÓRIO AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO PREVISTO NO ART.º 9.º DO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO E ART.º 15.º DO ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO.

AO ABRIGO DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E DO DISPOSTO NO CÓDIGO DE CONTRATOS PÚBLICOS APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, de 29 DE JANEIRO.

VOLUME I - CONVITE

VOLUME II - CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXOS 1 e 2

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente convite tem por objeto a aquisição de serviços de auditoria para certificação legal de contas da gerência da Unidade de Saúde da Ilha de Terceira (USI) no âmbito do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP) e relatório ao sistema de controle interno previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e art.º 15.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 109/E/2021, de 9 de dezembro, através da **plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, disponível no sítio da internet <https://www.acingov.pt/>.**

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Unidade de Saúde de Ilha da Ilha Terceira (USI), com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

- Endereço: Canada dos Melancólicos, 9701-869 ANGRA DO HEROÍSMO
- Telefone: 295 402900
- Fax: 295 217580
- Correio eletrónico: sres-usit@azores.gov.pt

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, no uso das competências que lhe são atribuídas nos termos do disposto no nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 12.º da Orgânica da USIT, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A, de 15 de dezembro, do n.º 1 do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos, e da al. e) do n.º 2, do art.º 36.º, do DLR n.º 2/2024/A, de 24/06 (ORAA 2024).

4. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O procedimento de formação do contrato é o Ajuste Direto, de acordo com o disposto no art.º 14.º, n.º 1, alínea a), n.º 2, alínea e), e do art.º 20.º, alínea a), todos do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

5. PEÇAS QUE INSTRUEM O PROCEDIMENTO

O procedimento é constituído pelo presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos.

6. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

- 6.1 A Entidade que preside ao procedimento é a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, a quem deve ser solicitado, pelos interessados e através da plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
- 6.2 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar uma lista na qual identifiquem os erros e omissões do caderno de encargos por si detetados.
- 6.3 Consideram-se erros e omissões do caderno de encargos:
- (i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - (ii) Espécie ou quantidade das prestações necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - (iii) Condições técnicas da execução do contrato a celebrar que os interessados considerem como não exequíveis.
- 6.4 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar e individualizar, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados.
- 6.5 Até ao termo do prazo fixado no convite para a apresentação de propostas, a entidade adjudicante prestará, por escrito, os esclarecimentos solicitados pelos interessados, consideram-se rejeitados tacitamente todos aqueles que, até ao final daquele prazo, não sejam por esta expressamente aceites.
- 6.6 Sem prejuízo do disposto nos pontos anteriores, a entidade adjudicante pode, por sua iniciativa, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar os esclarecimentos que entenda necessários até ao final do prazo fixado para a apresentação das propostas, caso em que será aplicável o disposto no art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- 6.7 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7. PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO

- 7.1 O preço base da prestação de serviços a contratar é de €34 000,00 (trinta e quatro mil euros).
- 7.2 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA).

7.3 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, considera-se que, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.

7.4 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

8. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do disposto no art.º 29.º, n.º 2, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, considera-se que o preço de uma proposta é anormalmente baixo quando o seu valor seja 40% ou mais inferior ao preço base fixado no presente convite e no caderno de encargos.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços é até 30 de abril de 2025, não sujeito a renovação.

10. PROPOSTA E DOCUMENTOS DA PROPOSTA

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente elaborada de acordo com o modelo constante do ANEXO I do presente convite, do qual faz parte integrante, nos termos do disposto na alínea a), art.º 36.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para obrigar os concorrentes;
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, designadamente:
 - i. Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do ANEXO II do presente convite;
 - ii. Memória justificativa do modo de prestação de serviços.

11. IDIOMA DO PROCEDIMENTO E ASSINATURA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

11.1 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

11.2 A proposta e os documentos que a constituem, a submeter na plataforma eletrónica, devem ser assinados pelo concorrente, mediante aposição de assinatura eletrónica qualificada,

com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios, ou dos seus representantes legais, nos termos dos art.º 54.º e 68.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

11.3 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade concorrente submeter, na plataforma eletrónica, um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente da qual se extraia os poderes de representação ou procuração).

11.4 Quando o concorrente realizar a submissão, na plataforma eletrónica, de um ficheiro da proposta, a aposição da assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que a constituem.

11.5 Nos documentos eletrónicos compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição da assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos que a constituem.

13. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser enviados, através da plataforma eletrónica, até às 23:59 horas do 5.º dia posterior à data da publicação do presente convite.

14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo final fixado para a apresentação das propostas.

15. PROPOSTAS VARIANTES

Não são admitidas propostas variantes.

16. NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, cujo fator único a avaliar é o mais baixo preço.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1 Juntamente com a notificação de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para apresentar os seguintes documentos de habilitação, exigidos nos termos do disposto no art.º 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXO III (que substitui o ANEXO II a que se refere o art.º 81.º, n.º 1, alínea a), do CCP) ao presente convite, do qual é parte integrante, em conformidade com o disposto no art.º 40.º, n.º 2, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), h) e i) do art.º 55.º do CCP;
- c) Documento comprovativo de que o adjudicatário dispõe de recursos humanos e técnicos para assegurar a boa execução do contrato;
- d) Documento comprovativo de que os recursos humanos e técnicos detêm experiência profissional adequada à boa execução do contrato;
- e) Referências comprovadas, relativas a contratos executados pelo adjudicatário no passado com igual objeto (ou semelhante) que demonstrem um nível suficiente de experiência adequada à boa execução do contrato.

18.2 Se for o caso, confirmar, no prazo que lhe for fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou termos e condições da proposta adjudicada.

18.3 O adjudicatário fica dispensado da apresentação dos documentos previstos na al. b) do ponto 18.1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

18.4 Sempre que o adjudicatário seja uma entidade sujeita, deve o mesmo estar inscrito no Registo Central do Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), por forma a que a entidade adjudicante possa confirmar o cumprimento da obrigação declarativa subjacente.

18.5 Sempre que se verifique a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no art.º 86.º, n.º 1, do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para que este se pronuncie, por escrito, no prazo de 3 dias úteis, ao abrigo do exercício do direito de audiência prévia, nos termos do n.º 2 do referido normativo.

18.6 Verificando-se alguma das situações que determine a caducidade da adjudicação, expressas no art.º 86.º, n.º 1, do CCP, e estas se verifiquem por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede-lhe, em face das razões que por este sejam invocadas, um prazo adicional de cinco dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

18.7 O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação exigidos, até às 23:59 horas do 5.º (quinto) dia útil a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica e dentro do prazo fixado.

18.8 Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua origem ou natureza, redigidos em língua estrangeira.

19. CAUÇÃO

Considerando que o preço contratual é inferior a 200.000,00 € (duzentos mil euros) não é exigida caução nos termos do art.º 43.º, n.º 2, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

20. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

21. DESPESAS

Todas as despesas com a elaboração e apresentação das propostas, bem como as relacionadas com a celebração do contrato e encargos com seguros obrigatórios de acordo com a legislação em vigor, serão integralmente suportadas pelo adjudicatário.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Às matérias que não estiverem especialmente disciplinadas no presente convite, aplica-se o disposto no Código de Contratos Públicos (CCP) e o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e demais legislação aplicável.

O Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha Terceira

ANEXOS:

ANEXO I - A que se refere a alínea a) do ponto 10 do convite.

ANEXO II - A que se refere a alínea b) do ponto 10 do convite.

ANEXO III – A que se refere a al. a) do ponto 18.1

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do RJCPRAA e a al. a) do ponto 9 do convite)

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) _____

b) _____

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.º 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do ponto 9 do convite)

_____ (firma e sede ou nome e morada) , representado(a) pelo seu gerente/administrador/representante comum _____ (nome, estado civil, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento da Carta convite e do Caderno de Encargos com as especificações técnicas do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), obriga-se a celebrar o fornecimento dos serviços:

Descrição	Preço	Observações

nos termos previstos nas especificações técnicas, bem como a cumprir as demais obrigações constantes desse documento concursal e dos documentos que integram esta proposta, pelo preço da tabela supra, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado, o qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data, Assinatura

¹ Se o concorrente for um agrupamento, proceder à identificação de todos os membros do agrupamento concorrente.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA e a alínea a) do ponto 17.1 do convite)

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.